

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO POPULAR: CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS POSSIBILIDADES E LIMITES DA APLICAÇÃO DE SUAS METODOLOGIAS NA EDUCAÇÃO FORMAL

VIEIRA, Nitéri F.¹; SOUZA, Aisllan A. de²; GHIGGI, Gomercindo³

¹ Graduanda do curso de Pedagogia FaE – UFPel; (niteri_vieira@hotmail.com)

² Graduando do curso de Pedagogia FaE – UFPel; (aisllansouza@hotmail.com)

³ Professor da FaE - UFPel e orientador do estudo desenvolvido; (gghiggi@terra.com.br)

INTRODUÇÃO

Este texto traz reflexões acerca da Educação Popular e sua relação com a Educação Formal ou institucionalizada. Para tal, abordaremos a concepção de Educação, Educação Popular, seu contexto sócio histórico político e sua relação com a Educação Formal, a partir de alguns filósofos e/ou educadores.

Partindo da concepção que percebe a função social da educação e sua relação com a sociedade, como inseparáveis da visão política de educação, tenta-se compreender de forma mais geral as diferenças e aproximações da Educação Popular com a educação formalizada.

Segundo a concepção tradicional da educação, que se baseia na perspectiva da filosofia tradicional, o professor pertence ao mundo inteligível, sendo o portador das verdades absolutas; enquanto os alunos pertenceriam ao mundo sensível e assim seriam seres desprovidos de conhecimentos. Somente através do professor, transferindo e/ou *depositando* seus conhecimentos no aluno, é que este ascenderia ao mundo inteligível.

Contudo, para a corrente educacional que se contrapõe à tradicional, a educação não significa formação para a vida, mas sim é a própria a vida; não é para o e nem o futuro, mas sim o presente. Considerando os educandos como sujeitos que possuem conhecimentos, defende a educação, de qualidade, para todos, a fim de promover a autonomia e a libertação dos educandos. Autonomia que deve ser construída pelos próprios sujeitos, sem doações, transferências ou depósitos de conhecimentos por uma pessoa, ou grupo de pessoas nos educandos.

A função social da educação, e assim a sua relação com a sociedade, refere-se à concepção política da educação, ou seja, estar de acordo como pensamento sobre seu propósito, a quem e a que esta deve servir.

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia utilizada para a realização do presente trabalho tem caráter bibliográfico, a partir de leituras realizadas acerca do tema. Baseia-se em concepções de educadores como Paulo Freire e John Dewey, além de estudiosos como Sérgio Cortella, Frei Betto, entre outros, que, através de suas concepções, auxiliaram na construção dos pensamentos aqui expostos.

OBJETIVO

Este texto tem como objetivo refletir acerca da Educação Popular, buscando o entendimento da sua relação com a educação formal ou institucionalizada a fim de compreender suas limitações e possibilidades. Levando em consideração sua importância para a transformação da sociedade e perspectiva de torná-la justa e igualitária.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No decorrer do tempo, surgem várias teorias que se contrapõem às ideias da educação tradicional. No Brasil, segundo Cortella, surgiram três concepções políticas da educação que marcaram a história: o *otimismo ingênuo*, o *pessimismo ingênuo* e o *otimismo crítico*¹.

Para o *otimismo crítico*, a educação tem uma função conservadora e transformadora, ao mesmo tempo, enquanto a escola não tem nem uma prática neutra e nem inútil para a transformação da sociedade. Da mesma forma que serve para reproduzir as injustiças sociais é também meio para modificar a sociedade. Freire em seus últimos escritos – 1997 - confirma esse pensamento otimista crítico, ao afirmar que “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda²”.

A educação não significa formação para a vida, mas sim a vida em si; não é o futuro, e sim o presente. O educador norte-americano, John Dewey (1978), concebe a educação como “o processo de reconstrução e reorganização da experiência, pelo qual lhe percebemos mais agudamente o sentido, e com isso nos habilitamos a melhor dirigir o curso de nossas experiências futuras³”.

Pode-se dizer que devido à organização das concepções sobre educação e aprendizado, além das desigualdades sociais, surgiram instituições especializadas e destinadas à formação dos cidadãos de acordo com sua função social. Assim, para a elite uma educação para a formação de administradores e governantes e; à camada popular uma educação para mão de obra, uma formação de e para trabalhadores.

Nas denominadas sociedades primitivas não existia educação formal e educação informal; educação para as elites ou educação popular, pois não havia divisão social de classes, portanto, não havia um saber de elite, contrapondo-se ao saber popular. Apenas quando surge a hierarquia, em consequência da divisão social de classes, surge esta distinção.

Na sociedade contemporânea, a educação é dever do Estado. E toda a população tem direito ao acesso à educação pública de qualidade, laica e gratuita. Porém, na prática nem sempre é assim que acontece. Pois, a educação de qualidade é possibilitada na maioria das vezes aos mais abastados, sobrando às classes populares, apenas a educação pública, que a muito vem sucateada.

As elites dominam a escola através do controle dos salários, da burocracia, das condições de trabalho, entre outros meios, para que se mantenham as desigualdades. Contudo, essa educação institucionalizada oferecida pelas elites possibilita meios de inovação, a partir das contradições sociais e da postura do educador.

Se a reprodução da ideologia dominante implica, fundamentalmente, a ocultação de verdades, a distorção da razão de ser de fatos que, explicados, revelados ou desvelados trabalhariam contra os interesses dominantes, a tarefa das educadoras e dos educadores progressistas é desocultar verdades, jamais mentir. A *desocultação* não é de fato tarefa para os educadores a serviço do sistema. (FREIRE, 2001, p. 98)

¹ Para aprofundamento no tema, consultar o capítulo 4 da obra *Escola e Conhecimento* de Sérgio Cortella.

² FREIRE, Terceira Carta Pedagógica, In: *Pedagogia da Indignação*. 2000, p. 31.

³ Para aprofundamentos a cerca do pensamento de John Dewey, consultar sua obra *Vida e Educação*.

Assim, o educador é concebido como quem possui papel político-pedagógico, não havendo atividade neutra no que ele faz. A reprodução do sistema é desacentuada se ele possui responsabilidade política e social a favor das classes mais baixas. Portanto, a educação e os próprios educadores possuem autonomia relativa e a relação sociedade – escola é tida como via de mão dupla.

Devido ao contexto histórico do Brasil do período de 1959 a 1964, a Educação Popular se consolida na tentativa de alfabetizar a classe baixa – que em sua maioria era analfabeta, para que com seu apoio, a classe média emergente pudesse combater politicamente a classe alta.

A classe média brasileira, que começava a tomar volume nesse momento, era composta, principalmente, pelos Universitários — tanto por estudantes como por professores. Almejavam assumir o poder político que na época pertencia à classe dominante, porém, somente poderiam combatê-la com o apoio, nas urnas, das classes oprimidas, pois formavam a maioria da população.

Como na época os analfabetos não eram considerados eleitores e a maioria do povo estava nesta condição, tinham que urgentemente alfabetizá-los. Assim, foram criados vários programas e movimentos para alfabetização das classes populares.

Para Freire, a Educação Popular não se “refere à idade dos educandos, mas a opção política, a prática política entendida e assumida na prática educativa.” (FREIRE *apud* HACK, 2007, p.23)⁴. Portanto, é compreendida como a educação na qual o educador constrói o conhecimento *com* o povo e não *para* o povo.

Seu papel não se dá apenas em função da assimilação, por parte dos educandos, do conhecimento dito científico, mas principalmente, em prol de sua conscientização política. Para que assim, reconheçam-se e ajam como *sujeitos* e não mais, como *objetos* da História. Tornando-se, assim, mais livres e libertadores, pois, segundo Freire, o processo de libertação é uma luta que “somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscar recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealistamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade de ambos (FREIRE, 2005, p.33)”.

Na educação formal, como existe “um currículo” produzido e enviado pelos órgãos superiores de educação (Ministério da Educação e Cultura, Secretarias Estaduais e Municipais de Educação) o professor não possui total autonomia para trabalhar os conteúdos que entende como necessários.

Devido às provas de avaliação do sistema de educação, o educador é de certa forma, pressionado a “instruir” os alunos para tal, pois destas dependem as notas do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e, por conseguinte as verbas destinadas às escolas. Tornando-se, assim, um meio do *sistema* controlar o que se está ensinando nas escolas.

Por isso, a Educação Popular é associada à educação informal e não à formal. Somente se a escola não for formal, podem ser adotadas as metodologias da educação popular, pois esta não oferece diplomas e nem se conseguiria, devido sua própria prática.

Para Frei Betto (2000), só é possível adotar o método da Educação Popular se a escola deixar de ser formal. Porém, é viável levar para a escola algumas de suas propostas metodológicas. Devido, a educação popular acompanhar a aprendizagem do educando e não a do currículo, não o promovendo no final do ano

⁴ Apostila organizada pelo professor José Lino Hack para a disciplina de Educação Popular - 2009/2, Universidade Federal de Pelotas.

à série, ano ou ciclo seguinte, não é compatível com a adoção de currículos. Para que uma escola utilizasse o modelo educacional popular teria que discutir, por exemplo, matemática a partir de situações do cotidiano do educando; entre outros elementos constitutivos desse modelo.

Contudo, podemos aos poucos minimizar estas limitações da educação formal com práticas da educação popular a fim de torná-la mais próxima da educação a favor do povo e de sua libertação. Para isto, é preciso que o educador esteja consciente da raiz política do ato de educar.

CONCLUSÃO

Podemos perceber que devido a educação popular possuir concepções acerca da função social da educação, diferentes e, às vezes antagônicas às da educação formal, não é possível adotar seus métodos nessa forma de educação. Porém, dependendo da visão política e do comprometimento do educador com a classe popular algumas das práticas pedagógicas propostas pela educação popular podem ser adotadas na educação institucionalizada a fim de diminuir os efeitos opressores da metodologia proposta por esta.

Assim, os educadores que estiverem comprometidos com a transformação social, podem (e devem) utilizar propostas educativas que possibilitem o desenvolvimento cognitivo dos educando para que promova a autonomia (popular) e diminua os efeitos opressores da classe dominante com relação à oprimida.

REFERÊNCIAS

BETTO, Frei. **Desafios da Educação Popular**. São Paulo: CEPIS, 2000. Disponível em: <http://xa.yimg.com/kq/groups/17929366/378577745/name/desafios+da+educacao+popular--frei+betto.pdf>

Acesso em: 15 abr. 2011.

BRANDÃO, Carlos R. **O que é Educação?** 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CORTELLA, Mario S. **Conhecimento Escolar: Epistemologia e Política**. Disponível

em: http://www.4shared.com/get/69jXpk5/CORTELLAMario_SergioEscola.html

Acesso em: 9 abr. 2011, 23:07:20

DEWEY, John. **Vida e Educação**. 10ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978. Trad. Anísio Teixeira.

_____. **Democracia e Educação: Introdução à Filosofia da Educação**. 4ª ed. 420 páginas. São Paulo, Editora Nacional, 1979. Seleção, digitação, diagramação e impressão de José Lino Hack. Pelotas, FaE/UFPEL, janeiro de 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 39 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

_____. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. **Política e Educação**. 3 ed. Coleção questões da Nossa Época v. 23 São Paulo: Cortez Editora, 1997.